

Por Antonio Penteado Mendonça



Um dos maiores problemas do setor de seguros é sua baixa penetração, o que compromete a possibilidade da criação de uma rede de distribuição com a capilaridade necessária para atingir todas as camadas da sociedade brasileira.

A questão não é se esta ou aquela seguradora consegue atingir o público com poder aquisitivo mais baixo, a verdade é que ninguém consegue chegar lá. As razões para isso são complexas e passam por barreiras que vão muito além do preço.

O que tem que ser explorado e descoberto é como vive o brasileiro das classes D e E. Não a vida alegre, o glamour que as novelas nos mostram, mas a realidade do cotidiano dessas pessoas, com certeza, a imensa maioria composta de gente honesta, trabalhadora, com sonhos e esperanças como todos os seres humanos, independentemente de classe social, raça, religião ou time de futebol.

Quem é o brasileiro das periferias das grandes cidades? Quem é o morador das comunidades mais estruturadas? Quem é morador da favela da beira das linhas de trem? Pode parecer incrível, mas a pobreza se subdivide em escalas com diferenças gritantes, que necessitam ser conhecidas para o embasamento e o desenvolvimento de qualquer ação.

Não adianta imaginar que os números consolidados das excelentes estatísticas apresentadas pelo IBGE são suficientes para criar o alicerce necessário ao implemento de planos destinados a este público. A classe E do Rio de Janeiro é diferente da classe E do Recife, que é diferente da classe E do interior de Minas Gerais, que é diferente da classe E de São Paulo. E a afirmação vale para todo o imenso território nacional, com uma agravante séria: qual a linha que separa a pobreza da miséria?

A resposta simples seria: na miséria não há dignidade. Mas isso não faz do miserável um não cidadão. Ao contrário, ele é um cidadão e é ele que deve ser a prioridade absoluta no enfrentamento dos nossos graves problemas sociais.

Infelizmente, não é isso que se vê. Aliás o que se vê é lamentável. Se uma pequena parte das perdas com políticas completamente equivocadas, baseadas no autoritarismo e na incompetência de nossos administradores recentes, não tivesse sido perdida, ou roubada, mas investida em saúde pública, o dramático quadro do SUS poderia ser completamente diferente.

E a mesma regra vale para a educação. Um país como o Brasil não tem o direito de formar analfabetos funcionais, mas é isso que estamos fazendo. Nossas escolas caem de nível ano depois de ano. Parte está dominada pelo crime organizado, parte está aparelhada ideologicamente e a parte mais importante tem professores interessados que não recebem qualquer apoio das autoridades. Não há meritocracia, plano de carreira para valer, investimento em treinamento e

muito menos a valorização dos professores.

Neste quadro complicado, o ano de 2017 assistiu o surgimento de uma parceria com chances concretas de dar certo. Os sindicatos das seguradoras e dos corretores de seguros do Estado de São Paulo, atuando em conjunto, firmaram um convênio com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para a implantação de um programa para a divulgação dos parâmetros básicos que norteiam o seguro, dentro das escolas estaduais.

Importante salientar que estes parâmetros são os pontos fundamentais de qualquer sociedade: ética, boa-fé, solidariedade, proteção mútua, poupança e divisão das perdas e dos ganhos. São os diferenciais positivos que levaram o homem a sair das árvores e a desenvolver a complexa estrutura social atual.

O mais interessante é que o projeto se apoia num jogo que o aluno baixa no seu celular. Ele joga e vai vendo, através do resultado de seus movimentos, o que acontece em função de suas opções. Ele ganha ou perde, como se estivesse na vida real, onde cada decisão gera frutos ou perdas, em função de cada opção.

Este foi o primeiro passo para a inclusão destes conceitos na rede estadual de ensino. Muita coisa é nova, já em outras os alunos conseguem fazer paralelos com suas realidades. O importante é a parceria prosseguir e ajudar a melhorar o nível de nossas escolas.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 02.01.2018.